

Projecto Catalogação - Arte e Design Urbano

Pedro Brandao, 2005

Introdução

A proposta que se apresenta inscreve-se na experiência internacional que tem vindo a ser conduzida pela rede iniciada pela UB e do projecto que esta realizou com o Ayuntamiento de Barcelona (o projecto Monere, que consiste no catálogo interactivo de Arte Pública da cidade, com várias dinâmicas associadas, como as de gestão, educativa, turística), tem-se vindo a alargar com o contributo do Public Art Observatory.

Estas organizações, que realizam actividades regulares (seminários, workshops e publicações) estão interessadas no alargamento da rede a cidades com projectos afins em curso, propondo-se criar as bases para um museu virtual de Arte Pública de acordo com metodologias comuns, que permitam o intercâmbio e a articulação a nível europeu.

Visando-se a obtenção de meios comunitários e dos países envolvidos, o projecto conta desde já com o apoio do Estado Espanhol.

A proposta que se apresenta visa uma fase inicial do projecto, a realizar em Oeiras – a criação de um arquivo-catálogo, mediante uma fase experimental de produção e teste de protótipos e acção de formação, possibilitando internamente uma melhor compreensão do âmbito e dimensão do universo em causa, dos objectivos de política envolvidos na produção e gestão de arte nos espaços públicos e dos critérios, métodos e parâmetros da sua identificação. Este será, em Portugal, um trabalho pioneiro.

Âmbito

Os elementos artísticos podem contribuir “para seduzir o público, embelezar a cidade, atrair investimento, revelar opiniões ou valores. O objectivo destas manifestações pode ser mais lúdico-social – a criação e uso de um ambiente público que enriqueça e aumente a satisfação social – mais económico-institucional – a promoção das cidades mais educativo-cultural – o desenvolvimento da literacia visual dos habitantes – mais cívico – expressar valores político-morais ou questionar as nossas convicções – ou ainda ambiental – transformar uma paisagem, intensificar a nossa urbanidade.”¹

Para os efeitos deste projecto interessa considerar Arte Pública como Arte em Espaços Públicos, isto é manifestações artísticas (com escopo estético, simbólico, decorativo, monumental, evocativo) em espaços acessíveis ao público, por exemplo nas ruas, praças, jardins, entre outros.

Excluem-se as obras de Arquitectura (incluindo as contribuições artísticas em fachadas e outros elementos directamente associados a edificações) e as obras em recintos fechados (escolas, cemitérios...) excepto se corresponderem a valores públicos evidentes (evocação de personagens ou eventos históricos, financiamento por subscrição pública...).

Os aspectos de avaliação qualitativa das peças, sendo objecto de comentário crítico em função de parâmetros e critérios que adiante se expõem em linhas gerais, não obstam à inventariação e inserção no catálogo de todos os elementos inventariados.

Crítérios e Parâmetros

Todas as obras que correspondam ao âmbito definido serão catalogadas, sendo objecto de avaliação, em função de critérios e parâmetros diversificados:

¹ Brandão, P. et al. “O Chão da Cidade – Guia de Avaliação do Design de Espaço Público” Centro Português de Design, Lisboa 2002

1. O carácter específico das obras incluídas no sentido amplo de Arte Pública enunciado, manifesta-se na sua especificidade relativa a um local:

- por um lado na perspectiva física, do local de implantação, com o qual a obra interage através da sua matéria, forma, escala, participando do conceito mais vasto do próprio espaço em que se insere, e portanto com a sua lógica urbana e paisagística;
- e por outro lado na perspectiva das vivências sociais, dos significados reconhecíveis, pelos discursos de identificação e apropriação dos espaços urbanos, pelas populações.

2. As obras de Arte Pública não podem ser indiferentes aos objectivos e parâmetros que o Design Urbano, como prática Interdisciplinar atribui ao espaço público:

- Identidade,
- Continuidade, legibilidade e permeabilidade,
- Segurança, conforto e apazabilidade
- Mobilidade e acessibilidade
- Utilidade, durabilidade e resistência,
- Diversidade e adaptabilidade
- Sustentabilidade.

E neste sentido alargado e articulado, os espaços públicos em si mesmos, como obra integral, podem ter valor artístico desempenhando papéis estéticos e simbólicos da arte.

3. A avaliação pode ainda referir-se a critérios em função dos diferentes objectivos específicos, que a arte pode desempenhar no ambiente urbano, como:

- Acrescentar significados sociais, culturais, políticos ou estéticos aos espaços públicos
- Abordar temas e valores públicos facilitando a apropriação dos espaços urbanos
- Reforçar a identidade dos lugares, pela função estética, cénica, comemorativa...
- Criar elementos de referência no espaço, monumentalizando a escala e sentido urbano

- Tornar os locais mais interessantes e apelativos estimulando expectativas de qualidade
- Criar oportunidades de aproximação de um público mais vasto à arte e à cultura
- Apoiar a educação e a cultura visual contrariando as imagens padronizadas e vulgares
- Estimular ou dar expressão à capacidade participativa na sua produção e usufruto
- Acrescentar valor económico-social aos locais através da inovação e qualidade visual
- Expandir as oportunidades (mérito e equidade) para criadores e promotores, na cidade
- Reforçar os elos entre as distintas disciplinas que intervêm no espaço público

Objectivos

Na fase inicial de trabalho correspondente a esta proposta, os objectivos são:

1. Testar e fixar uma metodologia adequada aos objectivos específicos do projecto e do “território” de objectos inventariáveis em Oeiras (ter a imagem o mais exacta possível da dimensão e localização deste património)
2. Construir um protótipo de registo e avaliação de elementos do inventário, através de casos-estudo
3. Proporcionar formação interna a quadros (e desejavelmente políticos) de vários sectores envolvidos

A constituição de um inventário/catálogo com informação sobre a Arte Pública existente no Concelho de Oeiras será um instrumento de base, indispensável para desenvolvimentos posteriores:

- seja para a fundamentação da política municipal no domínio do processo de decisão sobre a arte pública, incluindo a sua promoção, produção e gestão patrimonial (conservação, mobilidade...)
- seja para apoio a outras áreas de política municipal como a educativa, a turística, a social e ambiental, que podem beneficiar da informação a

disponibilizar para a promoção da história local, roteiros, e acções didáticas integradas.

- seja ainda, com a participação na rede internacional, para intercâmbio de experiencias com outros projectos, de que resultarão ectivos como por exemplo:

Museus Virtuais de Arte Pública e acções de animação decorrentes
Modelos e pautas de gestão-conservação de monumentos

Conteudo e método propostos

1. Como metodologia, estimando-se um universo de catalogação de 120 obras, delimitam-se 8 a 10 sectores geográficos correspondendo a uma divisão do Concelho por razões operacionais:

Oeiras Este

Oeiras Oeste

Porto Salvo – Leceia - Barcarena

Paço de Arcos

Caxias - Laveiras

Queijas - Linda a Pastora

Algés- Cruz Quebrada

Linda a Velha – Carnaxide

2. O levantamento, mapificação e trabalho de campo (fotografia, identificação com medidas, materiais e estado de conservação) será complementado com recolha de elementos sobre cada peça:

- a história (quem, quando, onde e porquê)*
- descrição urbanística e estilística
- comentário crítico

(nota: Admite-se, para o universo total estimado, que o prazo de execução do inventário na sua fase final venha a ser da ordem de um ano, incluindo o fornecimento de bases mapificadas, ficheiro e elemento de consulta digitalizado - cdrom. Porém, a informação disponível neste momento não é suficiente para o cálculo do valor final do investimento).

3. Na fase inicial, objecto da presente proposta, propomos a execução de um registo e mapificação provisória das peças existentes no Concelho e elaboração de um protótipo de catalogação, integrando 15 a 20 peças (aprox. 2 por sector), para o que será produzido:

- Mapificação provisória de contagem de existências (foto+localização)
- Preparação de software e ensaio
- Levantamento e descrição completa dos elementos seleccionados .

Prazo de execução

3 meses (excluindo Agosto).

*nota – considera-se a dedicação ao projecto de 1 pessoa competente da CMO para levantamento de documentação e informação histórica.

Seminário Interno

O seminário poderá ser mais ou menos estritamente interno (poderá ter “formandos” de municípios vizinhos, ou de instituições culturais e académicas do Concelho?) conforme julgado oportuno. Por razões didáticas e de acordo com o modelo de acção, propõe-se que não se ultrapasse 20 participantes.

Propõe-se o formato por módulos, num total de 14 h (4 dias x 3,5h):

1. Introdução
2. Nota histórica sobre funções e referências da Arte Pública e Design Urbano
3. Temas (a rotunda, o jardim, espaços tradicionais e novos espaços, correntes e estilos, o monumento e seus tipos, da decoração à participação)
4. Casos-estudo: Lisboa (EXPO e depois) e Barcelona (Olímpicos e depois)
5. Ferramenta de avaliação (exercício prático)
6. Apresentação do projecto para Oeiras e avaliação-debate sobre alguns casos

Formadores – 4 sendo um estrangeiro

Valor proposto

Levantamento – 1ª fase: 9 000 euros (para a fase final estima-se 300 euros por peça)

Concepção e realização do Seminário (incluindo custos com formadores, documentação a entregar e preparação de material didático) – 3 500 euros